

Enercore recorre da decisão do STJ que barrou mudança no cálculo de preço da energia

Para a companhia, a Aneel deve desconsiderar a Tarifa de Energia de Otimização da hidrelétrica de Itaipu do Preço de Liquidação das Diferenças mínimo

Por Robson Rodrigues, Valor — São Paulo

26/04/2023 14h12 · Atualizado há uma hora

A disputa jurídica sobre mudança no cálculo do preço mínimo da energia (conhecido como Preço de Liquidação das Diferenças - PLD mínimo, no jargão do setor) ganhou mais um capítulo. A comercializadora **Enercore** recorreu da decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que suspendia a liminar que obriga a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a desconsiderar a Tarifa de Energia de Otimização (TEO) da Itaipu do PLD mínimo.

O PLD mínimo é calculado com base na TEO de Itaipu referente a custos de operação e manutenção da usina e pagamento pelo uso dos recursos hídricos, que é fixada em dólar. A polêmica começou após uma ação judicial impetrada pela Enercore que obriga a Aneel a desconsiderar TEO Itaipu do PLD mínimo, alegando que a TEO não corresponde aos custos de operação das demais hidrelétricas.

O PLD Mínimo está em R\$ 69,04 por MWh, mas na ação, a comercializadora estipula um valor de R\$ 15,05 por MWh. Por entender que houve interferência nas regras do setor elétrico, a presidente do STJ, ministra Maria Thereza de Assis Moura, suspendeu os efeitos da liminar do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1).

Ao **Valor**, o CEO da Enercore, Marcelo Parodi, argumenta com base no Decreto n. 5.163/04, que estabelece que o valor mínimo do PLD deve considerar os custos de operação e manutenção das usinas hidrelétricas, a compensação financeira pelo uso da água e os royalties.

Entretanto o custo de Itaipu é de quase 360% a mais do que outras usinas do Brasil e a companhia considera que é um equívoco da Aneel tentar a aplicação deste método de cálculo, já que tem uma série de custos embutidos que não fazem parte da operação da usina, como por exemplo, a remuneração pela cessão da energia excedente do Paraguai.

“O que a gente quis fazer foi mensurar a magnitude desta diferença e o que isso significa para a sociedade (...). Isso pode gerar um impacto na inflação e motivar uma aceleração do ciclo de queda na taxa de juros”, afirma.

O PLD possui limites inferior e superior, cujos valores são calculados no fim de cada ano pela Aneel. Como o regime hidrológico foi bastante favorável e os reservatórios estão cheios, o valor da energia está sendo calculado com base no valor mais baixo.

Parodi defende ainda que evitar que o valor mínimo do PLD seja indevidamente inflacionado por despesas não autorizadas beneficia os consumidores com modicidade tarifária, redução da inadimplência e redução de custos de toda a economia.

O debate sobre a mudança no cálculo do preço mínimo da energia divide o setor elétrico está longe de ser pacificado no setor elétrico. O **advogado Rômulo Mariani, do escritório RGMA Resolução de Disputas**, avalia que a decisão do STJ não analisa o mérito da discussão, mas se convence de que a liminar antes deferida no TRF1 gera grave lesão, dado, por exemplo, o alto impacto dela no mercado de forma geral.

O **advogado André Edelstein, sócio do Edelstein Advogados**, concorda que a decisão do STJ ainda não deliberou sobre o mérito, tendo revogado a decisão do TRF1 por entender que estaria caracterizada ofensa à ordem pública diante da quebra da estabilidade do mercado e de incerteza e insegurança jurídica causadas. Contudo, ele destaca que a decisão tangencia o mérito da discussão ao mencionar que a decisão do TRF1 implicaria possível interferência nas regras do setor elétrico e tratamento anti-isonômico da autora em prejuízo dos demais agentes.



Usina da hidrelétrica de Itaipu — Foto: Divulgação/Itaipu

Comentários

Seja o primeiro a comentar!

Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste site. Se achar algo que viole os **termos de uso**, denuncie. Leia as **perguntas mais frequentes** para saber o que é impróprio ou ilegal.

Acesse sua Conta Globo e participe da conversa

Entre e Participe da Conversa

Mais novos



Ainda não há comentários. Seja o primeiro a comentar.

Mais do Valor **Econômico**

Tribunal libera edital que prevê implantação de reconhecimento facial na cidade de São Paulo

Texto do programa Smart Sampa prevê a instalação de 20 mil câmeras com tecnologia de reconhecimento facial na cidade de São Paulo



26/04/2023, 15:21 — Em Brasil

André Mendonça suspende julgamento do STJ sobre tributação de benefícios fiscais de ICMS

Tema, na pauta da 1ª Seção, interessa ao governo federal

26/04/2023, 15:17 — Em Legislação

Exportações de máquinas crescem 28,7% no ano, informa Abimaq

Setor exportou no acumulado do primeiro trimestre US\$ 3,35 bilhões, o que representa alta de 28,7% em relação ao mesmo período de 2022



26/04/2023, 15:11 — Em Empresas

Dívida Pública Federal total alcança R\$ 5,892 trilhões em março, aponta Tesouro

Em fevereiro, o indicador estava em R\$ 5,856 trilhões

26/04/2023, 15:09 — Em Finanças

STJ autoriza exigência de contribuição previdenciária sobre auxílio alimentação

Para ministros, tributo pode recair sobre o benefício pago em dinheiro



26/04/2023, 15:06 — Em Legislação

Prefeituras terão 20 anos para pagar dívidas antigas com INSS, diz ministro

Projeto de lei complementar com o novo prazo está na Casa Civil e deve ser assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) "a qualquer momento", afirmou Carlos Lupi



26/04/2023, 15:03 — Em Brasil

Salário mínimo 2024: Veja o valor proposto pelo governo

Governo garantiu aumento real para o próximo ano



26/04/2023, 14:46 — Em Brasil

Randolfe quer que Alexandre de Moraes compartilhe informações com CPMI dos atentados de 8 de janeiro



VEJA MAIS
